



INFORMATIVO DE BRUXELAS



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

Debate sobre concessão de status de Economia de Mercado à China ganha impulso na UE

Em 2016 a China completa 15 anos desde sua adesão à Organização Mundial do Comércio. Motivo de celebração do lado chinês, o marco traz mais apreensão que entusiasmo a diversos membros da OMC que atualmente não consideram o país economia de mercado como a UE e os Estados Unidos.

A seção 15 do Protocolo de Acesso da China à OMC determina que o país pode ser considerado economia não de mercado para fins do cálculo de direitos antidumping. Há uma controversa a respeito se tal disposição expiraria em um prazo de 15 anos após a data de acesso da China,

mais precisamente em 11 de dezembro de 2016 ou se os países poderão continuar utilizando a mesma metodologia de hoje até reconhecerem, em suas legislações domésticas, que a China atende aos requisitos de economias de mercado.

Na última década, a China lançou forte ofensiva em sua política externa com vistas a obter o reconhecimento do status. Como deixou claro o Ministério de Relações Exteriores chinês [em coletiva de imprensa](#) no último mês de dezembro, a interpretação do país é a de que membros da OMC deverão automaticamente reconhecer a China como economia de mercado em dezembro deste ano.

Direitos antidumping no centro do debate

[“O debate sobre o status de economia de mercado da China não é sobre se o país é uma economia de mercado ou não”](#). Assim declarou a Comissão Europeia em tentativa de esclarecer o assunto.

De fato, em termos práticos, o que se discute neste contexto é a metodologia utilizada no cálculo da margem de dumping. Uma vez que preços praticados na China não são considerados preços de mercado, o cálculo da margem de dumping para produtos chineses utiliza como

base (ou valor normal) o preço dos bens em um terceiro país. Preços no mercado brasileiro, por exemplo, são frequentemente utilizados pela UE como base para este cálculo, bem como preços internos de países da UE são utilizados em processos antidumping no Brasil.

Nessas circunstâncias, a diferença entre o valor normal e o preço de exportação é com frequência maior do que seria caso fossem utilizados os preços praticados mercado chinês, resultando em direitos antidumping mais elevados.

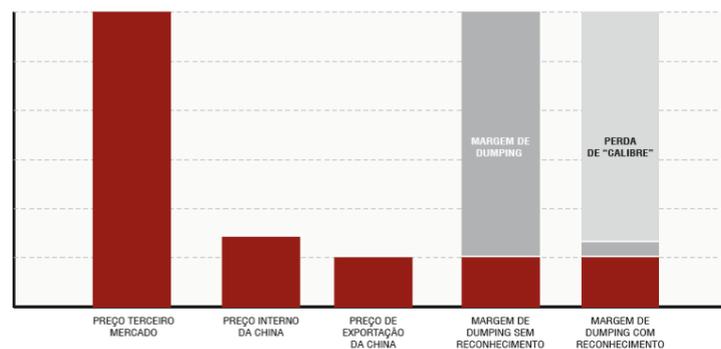
Atualmente a UE aplica medidas antidumping para 52 produtos chineses, os quais correspondem a 1,38% das exportações do país para o bloco. Embora a fração seja pequena, dado o grande fluxo comercial entre as partes, o impacto em alguns setores da economia europeia é relevante, nomeadamente nas indústrias de aço, químicos, cerâmica e engenharia mecânica. A UE estima que existam 250 mil empregos nas indústrias diretamente protegidas por direitos antidumping contra a China.

O tema é um dos principais itens na agenda bilateral UE – China. Segundo afirmou a chanceler alemã, Angela Merkel, o tópico é uma faca de dois gumes e os Estados-Membros apresentam posições polarizadas. De um lado, países como o Reino Unido, os Países Baixos e os países nórdicos preveem ganhos substantivos em termos de

investimentos resultantes da concessão do status à China. De outro, países como a Itália e a Bélgica são veementemente contrários devido à ameaça a empregos nos setores protegidos da indústria.

Segundo a Comissária Europeia para Competição, Margrethe Vestager, a UE poderá continuar a contar com instrumentos de defesa comercial mesmo no caso de a China ser considerada economia de mercado. Medidas compensatórias, por exemplo, ainda são uma opção para empresas que se sentem lesadas por regulações impostas do lado chinês. O que ocorre, no entanto, é que de todos os instrumentos disponíveis dentro do quadro da OMC, as medidas antidumping possuem procedimentos menos custosos em termos de fornecimento de evidência e são mais eficazes e céleres, daí sua grande popularidade na arena comercial.

CENÁRIOS DE APLICAÇÃO DE ANTIDUMPING COM RECONHECIMENTO DA CHINÁ COMO ECONOMIA DE MERCADO



Fonte: preparação interna da Unidade de Negociações Internacionais da Confederação da Indústria – CNI.

Diplomacia econômica e potenciais riscos

O real desafio do bloco será o de lidar com a situação de modo a não comprometer a atração de investimentos chineses, em ascensão nos últimos anos. [Em 2014, investimentos chineses na UE alcançaram €12 bilhões, comparado a €4.5 bilhões em 2011. Já a UE tem reduzido seus investimentos no país asiático, embora ainda corresponda a cerca de 20% de todo o influxo de IED na China. Em 2014, o bloco investiu €9 bilhões no país, comparado a €21 bilhões em 2011.](#)

A UE está atualmente negociando um acordo de investimentos com a China, fortemente apoiada pela comunidade empresarial europeia na China. O presidente da Câmara do Comércio Europeia na China, Jörg Wuttke, levou mensagem ao Comitê de Comércio Internacional do Parlamento Europeu, em 25 de janeiro, acerca da importância do acordo para que sejam reduzidas barreiras atualmente enfrentadas por empresas europeias no país.

Existe apreensão por parte dos europeus quanto à possibilidade de retaliação caso não haja concessão do status de economia de mercado à China. De fato, o histórico do país apresenta precedentes de tal conduta. Em 2013, o país ameaçou banir importações de vinho da UE durante disputa sobre painéis solares.

Pouco se pode inferir a esta altura quanto ao posicionamento do bloco europeu sobre o assunto. Sabe-se, no entanto, que a alteração dos métodos de cálculo de margem de dumping na UE requer procedimento legislativo normal (decisão conjunta entre Conselho e Parlamento), o que pode levar anos. Segundo afirmou Lilianne Ploumen, a Ministra do Comércio dos Países Baixos, que atualmente

ocupa a presidência do Conselho, os Estados-Membros devem concordar em um posicionamento ainda na primeira metade deste ano. Cabe à Comissão publicar a proposta, todavia, até o momento, isso não ocorreu. Em suma, independentemente do que seja definido, é improvável que a UE conclua qualquer medida dentro do prazo.

Como expôs o deputado socialdemocrata britânico David Martin em sessão recente do Comitê de Comércio Internacional no Parlamento: “é ultrajante a falta de preparação por parte das instituições europeias quanto ao assunto”. Ainda de acordo com Martin, se nada for feito até dezembro, ou se a China não receber o status de economia de mercado, poderemos esperar por uma crise.

OMC pós-Nairóbi: novos rumos para o multilateralismo?

“[Doha pode estar morta. Viva o livre comércio](#)”. Assim foi intitulado o artigo de opinião da Comissária europeia para o comércio, Cecilia Malmström, publicado em 21 de janeiro. Apesar do título fatalista, o artigo trata dos próximos passos a serem tomados pela OMC, em especial no que toca a mudanças no processo decisório da Organização.

O [Pacote](#) acordado na 10ª Conferência Ministerial da OMC, que tomou lugar em Nairóbi no último mês de dezembro, é composto por seis decisões ministeriais sobre agricultura, algodão e assuntos relativos a Países Menos Desenvolvidos. Dentre as medidas acordadas está a abolição de subsídios às exportações, considerada pelo Diretor-Geral da Organização, Roberto Azevêdo, o resultado mais significativo em agricultura na história da OMC.

De acordo com Malmström, o Pacote de Nairóbi tem um “valor simbólico”, demonstrando que ainda é possível se chegar a acordos multilaterais. “Para se manter relevante, a OMC necessita ampliar sua agenda”, declarou a Comissária em seu *op-ed*, sugerindo a inclusão de temas como *e-commerce* e comércio digital, investimentos e barreiras não tarifárias sobre bens e serviços na agenda da Organização.

Para tanto, a chefe de comércio europeia destacou em diversas ocasiões seu ceticismo relativo ao *single undertaking*, princípio segundo o qual nada é acordado até que todos tenham entrado em acordo sobre tudo. Segundo Malmström, o grande número de membros e as divisões internas tornam a conclusão de acordos multilaterais cada vez mais desafiadora.

Em diálogo com *stakeholders* europeus no último dia 18, representantes da Comissão destacaram divisões entre membros fundadores e aqueles que aderiram ao longo da Rodada Doha, tais como Rússia e China, os quais estariam relutantes em fazer concessões além daquelas acordadas no processo de adesão. Do mesmo modo, durante exposição a parlamentares europeus no último dia 25, a Comissária declarou que o acordo em Nairóbi só foi possível porque alguns dos países mais hesitantes, em sua maioria africanos, estavam sob pressão devido ao fato de a Conferência ter tomado lugar no Quênia.

Na estratégia para o comércio da UE, “[Trade for All](#)”, publicada em outubro de 2015, a Comissão apresentou propostas de reforma ao sistema multilateral. No documento, o órgão executivo europeu defende maior espaço ao plurilateralismo na Organização. Em outras palavras, a possibilidade de negociação de acordos sobre temas específicos em grupos menores de países, sob o escopo da OMC, sem, entretanto, necessitar que seu conteúdo seja aprovado pelos demais membros.

Em seu [blog oficial](#), Malmström alerta para a importância de que tais acordos sejam firmados sob o âmbito da OMC, o que poderia permitir, segundo a Comissária, a possibilidade de recurso ao mecanismo de resolução de disputas da Organização no caso de controvérsias e a prevalência do princípio da nação mais favorecida entre os membros que venham a se tornar partes nesses acordos.

Tudo indica que alternativas ao *single undertaking* serão o tópico de debate nos próximos meses. O contexto também confirma a tendência de fortalecimento de acordos regionais ou plurilaterais, e as tentativas de harmonizá-los com o sistema multilateral torna ainda maior a possibilidade que os mesmos venham a se tornar globais.

Acordos comerciais e parcerias: atualização

- **TTIP** – A 12ª Rodada de Negociação do TTIP tomará lugar em Bruxelas de 22 a 26 de fevereiro com foco em compras governamentais e cooperação regulatória. A conclusão das negociações é prioridade para a Comissão Europeia que tem como objetivo finalizar o acordo antes das eleições nos Estados Unidos em novembro deste ano. Para mais informações, [acesse](#).
- **Japão** – A 15ª Rodada de Negociação do Acordo UE-Japão será realizada em Bruxelas em fevereiro. Em diversas ocasiões, a Comissão se mostrou insatisfeita com o lento progresso das negociações. Em dezembro, a chefe de comércio europeia declarou que o Japão deveria avançar de forma mais rápida nos temas sensíveis, tais como acesso a mercado para produtos não agrícolas e indicações geográficas.
- **TISA** – A 16ª Rodada de Negociações do *Trade in Services Agreement* (TiSA) ocorreu de 1 a 5 de fevereiro e foi presidida pelos Estados Unidos. Na agenda, estão tópicos relacionados a transparência, telecomunicações, e-commerce e movimento de pessoas físicas (*Mode 4*). Para mais informações, [acesse](#).
- **China** – A UE e a China acordaram no dia 15 de janeiro acerca do escopo de um futuro acordo de investimentos entre as partes, cujo foco será melhorar o acesso a mercado para investidores de ambos os lados. O próximo passo será o início da negociação de temas específicos. Para mais informações, [acesse](#).
- **Austrália e Nova Zelândia** – No dia 25 de janeiro, o Comitê de Comércio Internacional do Parlamento Europeu aprovou proposta de resolução para a abertura de negociações de acordos de livre comércio com a Austrália e a Nova Zelândia. Em sessão plenária, em 21 de janeiro, o Comissário para Cooperação Internacional e Desenvolvimento, Neven Mimica, reiterou o compromisso da Comissão em abrir negociações e afirmou que um estudo de impacto será preparado.

Bruxelas em movimento

Cadeias de valor responsáveis no centro da agenda europeia

Em seu mandato na presidência do Conselho da UE, iniciado em janeiro, os Países Baixos elegeram como prioritária a aproximação entre as políticas de comércio e desenvolvimento da UE por meio da promoção de cadeias globais de valor (CGVs) responsáveis. A ideia central é a de se garantir condições de igualdade para empresas que respeitem princípios de conduta responsável nos negócios, conforme definido nos *Guidelines for Multinational Enterprises* da OCDE.

O plano de ação holandês tem foco na cooperação setorial de múltiplos *stakeholders*, e se inspira na iniciativa tomada pelo país após a tragédia de Rana Plaza ocorrida em Bangladesh em abril de 2013. Na ocasião, foram reunidos todos os *stakeholders* do setor têxtil (empresas, sindicatos trabalhistas e a sociedade civil), resultando em um plano de ação abrangente para a cadeia de valor no setor.

Os Países Baixos “[acolhem e incentivam](#)” a estratégia de comércio da Comissão Europeia, “[Trade for All](#)”, a qual “reconhece a importância de cadeias de valor responsáveis... e do trabalho conjunto com países produtores ... no apoio a objetivos de crescimento sustentável”. Em nível europeu, o esforço terá foco em mudanças no ambiente regulatório de modo a permitir que empresas incluam custos sociais e ambientais em seus planos de negócios.

Apesar de reconhecer progresso já alcançado pela UE no avanço dessa agenda, em [documento](#) publicado pelo Ministério das Relações Exteriores holandês o país afirma que apoiará novas medidas em nível europeu dentre as quais a promoção de modos de produção, comércio e modelos de negócio sustentáveis; estímulo à implementação efetiva de capítulos sobre desenvolvimento sustentável em

acordos comerciais e de investimento; e a facilitação de iniciativas como a criação de plataformas de apoio a esforços do setor empresarial em tornar CGVs mais sustentáveis.

Em conferência realizada pelo governo holandês em Amsterdã no último mês de dezembro sobre a agenda de CGVs responsáveis, os Países Baixos assinaram, juntamente com a Dinamarca, a Alemanha e o Reino Unido, a Declaração para a [“Eliminação do Desmatamento da Cadeias de Commodities Agrícolas com Países Europeus”](#). O documento destaca a importância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, e o papel da cooperação entre produtores e consumidores para alcançá-los, tornando CGVs particularmente importantes no debate.

A agenda da nova presidência é especialmente relevante pois encontra alinhamento com iniciativas para a promoção do desenvolvimento sustentável no Brasil, onde o tema também vem sendo tratado como prioridade. Inclusive, o Brasil tem inserido de responsabilidade corporativa em seus Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFIs). Projetos no âmbito público e privado têm alcançado sucesso na promoção de modelos econômicos social e ambientalmente sustentáveis no Brasil. Tal confluência de interesses poderia abrir futuras oportunidades para cooperação entre *stakeholders* de ambos os lados para o avanço dessa agenda.

União Europeia avalia progresso em reformas GSP+

A UE publicou no último dia 28 de janeiro seu primeiro [relatório](#) de acompanhamento da implementação do Sistema Geral de Preferências “Plus” (GSP+). O Sistema garante aos países participantes a redução de tarifas de exportação para UE, exigindo como contrapartida o compromisso com padrões internacionais em direitos humanos e trabalhistas, proteção ambiental e boa governança.

O GSP+ é uma variação do Sistema Geral de Preferências, que oferece reduções tarifárias adicionais. Para serem considerados GSP+, os países que já se encaixam no GSP devem demonstrar alto grau de “vulnerabilidade” definida como [“baixa diversificação econômica e baixo nível de integração com a economia internacional”](#).

Além disso, em troca de benefícios adicionais em termos de acesso a mercado, países participantes do GSP+ devem ratificar sete convenções das Nações Unidas sobre direitos humanos, oito convenções da Organização Internacional do Trabalho, além de mais 12 convenções sobre meio ambiente e boa governança. Beneficiários devem também cooperar com procedimentos de monitoramento da implementação de tais compromissos.

O mecanismo GSP+ constitui um ponto de aproximação entre políticas comerciais e de desenvolvimento no âmbito da UE, e também um instrumento de política externa. Iniciativas desse cunho devem se multiplicar nos próximos anos, possivelmente com mecanismos de aplicação ainda mais efetivos. No caso do GSP+, países que não atendem às exigências das regras da UE¹ podem ter benefícios suspensos, como ocorreu com o Sri Lanka em 2010 após investigações da Comissão identificarem “falhas significativas” na implementação de três das convenções da Nações Unidas sobre direitos humanos.

Atualmente, 14 países fazem parte do GSP+, dentre os quais um membro do Mercosul, o Paraguai. Segundo o relatório, o país obteve progresso na proteção de direitos humanos, embora a “implementação sistemática” de tais compromissos ainda seja necessária, em particular no que toca a direitos de povos indígenas e discriminação por razões de gênero. No âmbito dos direitos trabalhistas, o quadro foi menos positivo. Segundo o relatório, a implementação permanece falta alinhamento legislativo com as convenções da OIT. Deficiências foram identificadas também no detalhamento dos relatórios de implementação sobre convenções climáticas. Por fim, na área de governança, a Comissão reconheceu que ocorreu progresso no combate à corrupção, e registrou que maiores esforços poderiam ser envidados no combate ao tráfico de drogas.

Além do resultado do relatório, a possibilidade de se valer dos benefícios do GSP+ depende de outros fatores, dentre os quais a classificação do país quanto à perspectiva de renda. O Paraguai acaba de ser classificado como país de renda média-alta pelo Banco Mundial. Caso mantenha este status por três anos seguidos, o país deixará de fazer parte do GSP+ por regra do próprio Sistema.

1 - Regulation 978/2012 e Regulation 155/2013.



O Brasil é o principal parceiro comercial do Paraguai e, nos últimos anos, tem buscado ampliar sua integração produtiva com o país em setores como autopeças, têxteis e confecções, couro e calçados, alimentos processados, produtos químicos, além das indústrias naval e metalmecânica. Nesse contexto, uma eventual reclassificação do Paraguai poderia afetar investimentos estrangeiros, em especial de demais países do Mercosul, nesse país.

AGENDA: Destaques de fevereiro de 2016

1-4	Estrasburgo, França <ul style="list-style-type: none">Sessão Plenária do Parlamento Europeu. Para a agenda provisória, acesse .
2	<ul style="list-style-type: none">Reunião informal do Conselho da UE - Ministros dos Negócios Estrangeiros para Desenvolvimento e para Comércio.
15	Bruxelas, Bélgica <ul style="list-style-type: none">Reunião do Conselho da UE - Negócios Estrangeiros. Quando disponível, a agenda poderá ser acessada aqui.
16	Bruxelas, Bélgica <ul style="list-style-type: none">2016 European Circular Economy Conference – O evento é organizado pela plataforma <i>Forum Europe</i> e tem como objetivo fornecer a <i>stakeholders</i> oportunidade para debater as propostas do Pacote de Economia Circular europeu publicado no último mês de dezembro. A conferência contará com o comissário europeu para emprego, crescimento, investimento e competitividade, Jyrki Katainen.
24-25	Bruxelas, Bélgica <ul style="list-style-type: none">Sessão Plenária do Parlamento Europeu. Para a agenda provisória, acesse .